



**EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL – EAP TEN/2014**

**EAP 1º TEN QOS**

(Edital nº 14/2013, de 26 de dezembro de 2013).

**NOME:** \_\_\_\_\_

**LOCAL DE PROVA:** \_\_\_\_\_ **SALA:** \_\_\_\_\_

**DATA: 27/04/2014**

***ORIENTAÇÕES AOS CANDIDATOS:***

1. Prova sem consulta.
2. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
3. Esta prova contém 40 (quarenta) questões, valendo 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada e valor total de 100 (cem) pontos.
4. Para cada questão existe somente uma resposta correta.
5. Responda as questões e marque a opção desejada na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
6. Não será admitido qualquer tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
7. O tempo máximo permitido para a realização da prova será de 180 (cento e oitenta) minutos, incluindo o preenchimento da folha de respostas.
8. É proibido o uso de máquinas calculadoras, telefones celulares ou outros similares e o porte de arma de fogo.
9. Iniciada a prova, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, após transcorrido o tempo mínimo de 01h (uma hora), e devidamente acompanhados por fiscal do concurso.
10. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas e o caderno de prova, devidamente preenchidos, assinados e conferidos.



**1ª QUESTÃO** - Nos termos da Lei Nº 10.366, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o Instituto de Previdência dos Servidores Militares de Minas Gerais – IPSM, marque a alternativa CORRETA:

- A. ( ) O servidor civil da Polícia Militar, alcançado pela Lei n. 7982, de 10 de julho de 1981, inscrito como contribuinte do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, é considerado segurado compulsório do IPSM.
- B. ( ) Para o cálculo de estipêndio de contribuição, são incluídos os valores relativos a deduções eventuais e parcelas descontadas por ausências ao serviço ou aplicação de penalidades.
- C. ( ) São segurados do IPSM, em caráter facultativo, o militar da reserva remunerada e o juiz militar do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais.
- D. ( ) Será considerado segurado, em caráter facultativo, aquele que, tendo perdido a condição de segurado compulsório, manifestar sua opção no prazo de 90 (noventa) dias.

**2ª QUESTÃO** - Nos termos da Lei Nº 10.366, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o Instituto de Previdência dos Servidores Militares de Minas Gerais – IPSM, marque a alternativa INCORRETA:

- A. ( ) O segurado que já houver recolhido mais de cento e vinte contribuições para o IPSM, perderá essa condição quando deixar de perceber remuneração do Estado e, conseqüentemente, deixar de recolher a contribuição por mais de doze meses consecutivos.
- B. ( ) Considera-se companheiro a pessoa com a qual o segurado, mantenha união por no mínimo 05 (cinco) anos, na época da prestação previdenciária, ou por menos tempo, se houver filho comum do casal.
- C. ( ) Para efeito de pagamento de pensão, o ex-companheiro, que percebia pensão de alimentos, concorre em igualdade de condições com os demais dependentes.
- D. ( ) Não perderá a qualidade de dependente o enteado que completar mais de vinte e um anos de idade, desde que seja considerado inválido.

**3ª QUESTÃO** - De acordo com a Lei Nº 5.301, de 16 de outubro de 1969, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, marque a alternativa INCORRETA:

- A. ( ) Os militares da reserva, quando convocados para o serviço ativo, usam uniforme idêntico aos da ativa, nos termos do RUIPM.
- B. ( ) O militar, fardado ou em trajes civis, tem as prerrogativas e as obrigações correspondentes ao seu posto ou graduação.
- C. ( ) O militar da ativa que aceitar cargo público civil permanente, não eletivo, ficará agregado ao respectivo quadro, e, enquanto permanecer nessa situação, somente poderá ser promovido por antiguidade.
- D. ( ) Perderá o direito aos vencimentos, o militar que for transferido para a inatividade.

**4ª QUESTÃO** - De acordo com a Lei Nº 5.301, de 16 de outubro de 1969, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, marque a alternativa CORRETA:

- A. ( ) O militar que não for avaliado na Avaliação de Desempenho Individual por estar totalmente afastado do serviço por mais de cento e vinte dias de suas atividades, em decorrência de acidente de serviço, permanecerá com o resultado de sua última Avaliação de Desempenho Individual, se este for superior a 70% (setenta por cento).
- B. ( ) Será considerado resultado satisfatório, para fins de obtenção do Adicional Desempenho, o resultado igual ou superior a 60% (sessenta por cento) na Avaliação de Desempenho Individual.
- C. ( ) Serão considerados como fatores de avaliação para a Avaliação de Desempenho Individual a Avaliação Anual de Desempenho e Produtividade, o conceito disciplinar e o treinamento com arma de fogo.
- D. ( ) O Adicional de Desempenho (ADE) constitui vantagem remuneratória, concedida anualmente ao militar que tenha ingressado nas instituições militares estaduais após a publicação da Emenda Constitucional Nº 57/2003, ou que, recebendo gratificação por tempo de serviço, tenha feito a opção pelo ADE e cumpra os requisitos estabelecidos para sua percepção.

**5ª QUESTÃO** - De acordo com a Lei Nº 5.301, de 16 de outubro de 1969, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, marque a alternativa CORRETA:

- A. ( ) O desertor comete ato atentatório à honra pessoal e ao decoro da classe, tendo a Administração o prazo para submissão do militar a processo administrativo-disciplinar de, no máximo, cinco anos, contado a partir da data da consumação do crime.
- B. ( ) Não preencherá o requisito comportamento disciplinar satisfatório o Oficial classificado no conceito "B", com pontuação igual ou inferior a vinte e quatro pontos negativos.
- C. ( ) A praça que tenha sofrido, no cumprimento de suas funções e no exercício da atividade policial militar ou bombeiro militar, lesões que a tornem inválida permanentemente, será promovida por invalidez, dependendo da existência de vaga e data própria.
- D. ( ) A promoção por ato de bravura dispensa outras exigências legais, sendo facultada a partir da data do evento.

**6ª QUESTÃO** - Nos termos da Lei Nº 14.310, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares de Minas Gerais, marque a alternativa CORRETA:

- A. ( ) A destituição de cargo, função ou comissão é uma medida administrativa que pode ser aplicada, independente das demais sanções disciplinares ou cumulativamente com elas.
- B. ( ) Cometer a transgressão para evitar consequências mais danosas que a própria transgressão disciplinar, constitui causa de justificação.
- C. ( ) A sanção disciplinar de prestação de serviços será de natureza preferencialmente operacional, correspondente a um turno de serviço semanal, que não exceda a seis horas.
- D. ( ) A disponibilidade cautelar não assegura ao militar a percepção de vencimento e vantagens integrais do cargo.

**7ª QUESTÃO** - Nos termos da Lei Nº 14.310, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares de Minas Gerais, marque “V” para as assertivas verdadeiras e “F” para as falsas, e ao final, marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo:

- ( ) Cancelamento de punição consiste em tornar totalmente sem efeito o ato punitivo, desde sua publicação, ouvido o Conselho de Ética e Disciplina da Unidade.
- ( ) Decorridos cinco anos de efetivo serviço, a contar da data da publicação da última transgressão, o militar sem nenhuma outra punição terá suas penas disciplinares anuladas automaticamente.
- ( ) Relatório Reservado é a formalização escrita, assinada por militar e dirigida à autoridade competente, acerca de ato ou fato contrário à disciplina.
- ( ) Queixa é a comunicação interposta pelo militar diretamente atingido por ato pessoal que repute irregular ou injusto.

- A. ( ) V, V, F, V.
- B. ( ) V, F, F, V.
- C. ( ) F, F, F, V.
- D. ( ) F, V, V, F.

**8ª QUESTÃO** - Nos termos do Decreto Nº 42.843, de 16 de agosto de 2002, que “regulamenta a concessão de recompensas, o Conselho de Ética e Disciplina Militares da Unidade - CEDMU, de que trata a Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002 e dá outras providências”, marque a alternativa INCORRETA:

- A. ( ) Justiça, merecimento, proporcionalidade, oportunidade e individualidade são princípios para a concessão de recompensas.
- B. ( ) A decisão sobre a concessão da menção elogiosa escrita é atribuição inerente ao Comandante da Unidade e não será precedida de parecer do CEDMU.
- C. ( ) O CEDMU terá prazo de 5(cinco) dias úteis para analisar e emitir parecer em procedimentos administrativos regulares, contados a partir do recebimento da documentação oriunda da Secretaria, não se contando o dia do recebimento.
- D. ( ) O membro de um Conselho que estiver no exercício do seu encargo e for devidamente apenado será imediatamente substituído, ainda que permaneça com pontuação positiva em seu conceito disciplinar.

**9ª QUESTÃO** - De acordo com as disposições da Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que “regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal”, é CORRETO afirmar que:

- A. ( ) A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública é de competência exclusiva do gestor de licitação e contrato do órgão.
- B. ( ) A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar as disposições legais estará sujeita a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- C. ( ) As informações pessoais, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem terão seu acesso restrito, dependendo da classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem.
- D. ( ) Será exigido o consentimento da pessoa quando a informação a seu respeito se destinar à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem.

**10ª QUESTÃO** - De acordo com as disposições da Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que “regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal”, é INCORRETO afirmar que:

- A. ( ) É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.
- B. ( ) O acesso à informação compreende o direito de obter as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos, cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, desde que formalmente solicitado.
- C. ( ) Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.
- D. ( ) O acesso à informação compreende, dentre outros, o direito de ter informação relativa ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.

**11ª QUESTÃO** - Considerando as disposições da Instrução Conjunta de Saúde Nº 04/2013 PMMG/DS – CBMMG/AAS, que “estabelece critérios para avaliação da produção dos cirurgiões dentistas, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas, médicos e psicólogos alocados nas Unidades de saúde da rede orgânica e dá outras providências”, marque “V” para as assertivas verdadeiras e “F” para as falsas e, ao final, marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo:

- ( ) Atividades finalísticas compreendem as atividades que identificam o serviço de saúde e constituem o objetivo para o qual o mesmo foi criado.
- ( ) Atividades Assistenciais compreendem todos os procedimentos necessários ao diagnóstico e tratamento dos beneficiários do SISAU.
- ( ) Atividades Administrativas compreendem os procedimentos gerenciais e de apoio diretamente relacionados ao serviço de saúde e cuja necessidade de realização decorre do próprio serviço.
- ( ) Atividades Ocupacionais compreendem os procedimentos de identificação e controle de riscos, relacionados à execução das atividades policiais militares, realizados através da avaliação de saúde periódica, nas áreas de medicina, odontologia e psicologia.

- A. ( ) V, V, V, F.
- B. ( ) F, F, V, F.
- C. ( ) V, F, F, V.
- D. ( ) V, V, V, V.

**12ª QUESTÃO** - Nos termos da Instrução Conjunta de Saúde Nº 04/2013 PMMG/DS – CBMMG/AAS, que “estabelece critérios para avaliação da produção dos cirurgiões dentistas, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas, médicos e psicólogos alocados nas Unidades de saúde da rede orgânica e dá outras providências”, marque “V” para as assertivas verdadeiras e “F” para as assertivas falsas e, ao final, marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo:

- ( ) As atividades administrativas, de auditoria e educacionais são consideradas atividades finalísticas para os profissionais da saúde.
- ( ) O tempo em que o militar do QOS estiver efetivamente de sobreaviso, para atender as necessidades específicas dos beneficiários internados no HPM, será pontuado como encargo móvel, desde que o mesmo tenha sido formalmente escalado.
- ( ) O Oficial de sobreaviso deve disponibilizar qualquer meio ágil de comunicação para eventuais acionamentos, garantindo condições para o atendimento presencial em tempo hábil.
- ( ) As atividades de treinamento e as atividades de representação definidas na Instrução, serão pontuadas para efeito de avaliação da produtividade dos Oficiais de saúde, desde que realizadas a partir de designação, verbal ou formal, do comando da Unidade.

- A. ( ) F, V, V, F.
- B. ( ) V, F, V, V.
- C. ( ) V, V, F, F.
- D. ( ) F, V, V, V.

**13ª QUESTÃO** - De acordo com a Resolução Nº 3.899/06, que “institui o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)”, é CORRETO afirmar que:

- A. ( ) Compete às GRSau avaliar a efetividade do PCMSO, efetuando análise global e estabelecendo metas e prioridades, se necessário.
- B. ( ) Compete à Diretoria de Saúde fornecer diretrizes técnicas e administrativas às SAS das Unidades e/ou NAIS, para adoção de medidas que impeçam a progressão de agravos à saúde dos policiais militares, ocasionados por riscos ocupacionais a que eventualmente estejam expostos, bem como ações destinadas à reabilitação e à readaptação profissional dos mesmos.
- C. ( ) Compete às Gerências Regionais de Saúde (GRSau) capacitar e treinar os integrantes das Seções de Assistência à Saúde (SAS) das Unidades e/ou Núcleos de Atenção Integral à Saúde (NAIS), sob sua responsabilidade, para execução do PCMSO.
- D. ( ) Compete às GRSau enviar relatório anual à Chefia do EMPM.



**14ª QUESTÃO** - Em observância ao contido na Instrução Conjunta Nº 01/2012 (PMMG/DS – CBMMG/AAS) a qual prevê critérios de aferição da produtividade individual das equipes multidisciplinares que atuam nos NAIS, marque a alternativa CORRETA:

- A. ( ) Para aferição da produtividade médica, as atividades médicas foram divididas nos seguintes grupos: assistenciais, periciais, ocupacionais e preventivas.
- B. ( ) A ponderação possibilita criar um critério mais fidedigno e justo para análise da produtividade entre profissionais que possuem as mesmas atividades.
- C. ( ) Dentro de cada grupo, as atividades realizadas serão ponderadas. O peso se relaciona diretamente com a média do tempo necessário para execução da atividade e a sua respectiva complexidade.
- D. ( ) A metodologia empregada na aferição, bem como os indicadores utilizados na aferição da produtividade, serão divulgados pelo Comando Geral da Instituição, por ocasião da consolidação dos dados.

**15ª QUESTÃO** - Marque a alternativa CORRETA. O Código Penal Militar prevê, dentre outras, as seguintes penas acessórias:

- A. ( ) Indignidade para o Oficialato, incompatibilidade com o Oficialato e inabilitação para o exercício de função pública.
- B. ( ) Perda de posto e patente, transferência compulsória e suspensão dos direitos políticos.
- C. ( ) Reforma Administrativa, perda de posto e patente e inabilitação para o exercício de função pública.
- D. ( ) Incompatibilidade para com o Oficialato, exação e perda da função pública.

**16ª QUESTÃO** - Marque a alternativa CORRETA. Considera-se crime militar:

- A. ( ) O aborto praticado por oficial médico, da ativa, em paciente militar, da ativa, internada em hospital militar.
- B. ( ) A lesão corporal decorrente de agressão de militar da ativa contra sua esposa (civil), em vila militar.
- C. ( ) O homicídio praticado por militar da ativa que usa armamento de propriedade militar ou qualquer material bélico, sob guarda, fiscalização ou administração militar, em local sujeito à administração militar.
- D. ( ) Empregar desertor ou insubmisso, ciente da prática do crime, mesmo sendo tio (irmão do pai) do agente.

**17ª QUESTÃO** – De acordo com as disposições do Código Penal Militar, marque a alternativa CORRETA:

- A. ( ) O crime de pederastia só pode ser cometido por superior hierárquico que tenha competência para punir o subordinado.
- B. ( ) Comete o crime de inobservância de lei, regulamento ou instrução, independente da comprovação de prejuízo à administração militar, o oficial que utiliza viatura policial, em desacordo com normas administrativas internas.
- C. ( ) No caso específico de militar em manobras ou exercício, não incorre no crime de receita ilegal quem induz ou instiga militar a usar substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica.
- D. ( ) Comete o crime de deserção o militar que deixa de se apresentar à autoridade competente, dentro do prazo de oito dias, contados a partir daquele em que termina ou é cassada a licença ou agregação ou em que é declarado estado de sítio ou de guerra.

**18ª QUESTÃO** – Marque a alternativa CORRETA. O Oficial QOS que deixa policial militar no leito de Hospital Militar, durante atendimento, para atender a um chamado telefônico e se esquece de retornar ao atendimento, ciente de que está deixando o paciente, acometido de crise de apendicite, sentindo fortes dores abdominais, pode ser responsabilizado criminalmente por:

- A. ( ) Crime de maus-tratos.
- B. ( ) Crime de abandono de pessoa.
- C. ( ) Não comete crime, pois não agiu dolosamente.
- D. ( ) Crime de periclituação da vida ou da saúde.

**19ª QUESTÃO** - Nas assertivas abaixo marque “V” para as verdadeiras e “F” para as falsas, considerando as disposições do Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas – Portaria Normativa 660/MD, de 19 de maio de 2009. A seguir, marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo:

- ( ) Quando os militares se deslocam em grupo, o mais antigo fica no centro, distribuindo-se os demais, segundo suas precedências, alternadamente à direita e à esquerda do mais antigo.
- ( ) Nos refeitórios, os oficiais observam, caso a referida autoridade não possa comparecer à hora marcada para o início da refeição, esta é iniciada sem a sua presença; à sua chegada, a refeição é interrompida, levantando-se todos os oficiais.
- ( ) O militar, quando tiver as duas mãos ocupadas, faz a continência individual tomando a posição de sentido, frente voltada para a direção perpendicular à do deslocamento do superior.
- ( ) Quando o Hino Nacional for tocado em cerimônia religiosa, o militar participante da cerimônia faz a continência individual.

- A. ( ) V, F, V, F.
- B. ( ) F, F, V, F.
- C. ( ) V, F, V, V.
- D. ( ) V, V, F, F.

**20ª QUESTÃO** - Acerca do Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas – Portaria Normativa 660/MD, de 19 de maio de 2009, avalie as assertivas abaixo:

- I - O militar não deve tomar a iniciativa de estender a mão para cumprimentar o superior, se este o fizer, pode se recusar ao cumprimento.
- II - Os militares em serviço policial ou de segurança não poderão ser dispensados dos procedimentos sobre continência individual constantes no Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas – Portaria Normativa 660/MD, de 19 de maio de 2009.
- III - Para saudar os civis de suas relações, o militar fardado não se descobre, cumprimentando-os pela continência, pelo aperto de mão ou com aceno de cabeça. Estando fardado, o militar do sexo masculino que se dirigir a uma senhora para cumprimentá-la, descobre-se, colocando a cobertura sob o braço esquerdo; se estiver desarmado e de luvas, descalça a luva da mão direita e aguarda que a senhora lhe estenda a mão.
- IV - Sempre que um militar precisar sentar-se ao lado de um superior, deve solicitar-lhe a permissão.

São INCORRETAS as assertivas:

- A. ( ) I, II e III, apenas.
- B. ( ) I e III, apenas.
- C. ( ) I e II, apenas.
- D. ( ) I, II, III e IV.

**21ª QUESTÃO** - De acordo com o disposto no Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas – Portaria Normativa 660/MD, de 19 de maio de 2009, marque a alternativa CORRETA.

- A. ( ) A continência é pessoal; visa à autoridade e não à pessoa.
- B. ( ) Todo militar deve, obrigatoriamente, retribuir a continência que lhe é prestada, somente quando estiver uniformizado.
- C. ( ) A continência parte sempre do militar de menor precedência hierárquica. Em igualdade de posto ou graduação, quando ocorrer dúvida sobre qual seja o de menor precedência, não deve ser executada.
- D. ( ) A continência é uma saudação prestada pelo militar e pode ser individual ou da tropa.

**22ª QUESTÃO** - De acordo com o disposto no Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas – Portaria Normativa 660/MD, de 19 de maio de 2009, é CORRETO afirmar que:

- A. ( ) O militar em um veículo, inclusive bicicleta, motocicleta ou similar, procede com o veículo parado, faz a continência individual sem se levantarem.
- B. ( ) Quando um militar entra em um recinto público, percorre com o olhar o local para verificar se há algum superior presente; se houver, o militar faz-lhe a continência, do lugar em que está.
- C. ( ) O militar em um veículo, por ocasião da cerimônia da Bandeira ou da execução do Hino Nacional, se no interior de uma Organização Militar, somente o passageiro salta do veículo e faz a continência individual.
- D. ( ) Em embarcação, viatura ou aeronave militar, o mais moderno é o último a embarcar e o primeiro a desembarcar.

**23ª QUESTÃO** - Marque a alternativa CORRETA. De acordo com o Regulamento de Promoção de Oficiais das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais, Decreto Nº 46.297, de 19 de agosto de 2013, poderão ocorrer as seguintes promoções, a qualquer tempo, a partir do cumprimento das condições previstas para esses fins:

- A. ( ) Por antiguidade, por ato de bravura, por necessidade do serviço, por incapacidade física, *post-mortem*, trintenária e por invalidez. .
- B. ( ) Por antiguidade, por merecimento, por ato de bravura, por necessidade do serviço, por incapacidade física, *post-mortem*, trintenária e por invalidez.
- C. ( ) Por ato de bravura, por necessidade do serviço, por incapacidade física, *post-mortem*, trintenária e por invalidez.
- D. ( ) Por merecimento, por ato de bravura, por necessidade do serviço, por incapacidade física, *post-mortem*, trintenária e por invalidez.

**24ª QUESTÃO** - Nas assertivas abaixo, marque “V” se for verdadeira ou “F” se for falsa, considerando o Regulamento de Promoção de Oficiais das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais, o Decreto nº 46.297, de 19 de agosto de 2013. A seguir, marque a alternativa que contém a seqüência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo:

- ( ) Aos oficiais dispensados definitivamente, pela JCS, de atividade incluída no conjunto de serviços de natureza policial ou bombeiro-militar e que mantenham capacidade laborativa residual serão asseguradas as condições especiais para treinamentos ou cursos, para efeito de promoção dentro do respectivo quadro.
- ( ) Os Oficiais da ativa serão organizados em turmas, fixando-se por merecimento e por antiguidade. Os Oficiais de Saúde da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar têm fixado o ano-base para efeito de cômputo do tempo e percentuais para promoção por merecimento o segundo ano após o da nomeação para o posto de 2º Tenente.
- ( ) A nota da Comissão Instrutiva (CI) será apurada pela avaliação do Oficial candidato à promoção, no tocante à ética e disciplina, liderança, representatividade institucional e comprometimento organizacional, no âmbito da Unidade de Execução - UE.
- ( ) À Comissão Instrutiva (CI), órgão consultivo e deliberativo, compete organizar os quadros de acesso e emitir parecer sobre assuntos relativos às promoções de Oficiais.

- A. ( ) V, V, F, F.
- B. ( ) F, V, V, V.
- C. ( ) F, F, V, F.
- D. ( ) V, V, V, F.

**25ª QUESTÃO** - Nos termos da Resolução Conjunta Nº 4.278/2013 PMMG/CBMMG, que “dispõe sobre de Perícias, Licenças e Dispensas Saúde, além de Atividades Correlatas na Polícia Militar de Minas Gerais e no Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais”, marque a alternativa CORRETA:

- A. ( ) A periodicidade da avaliação pelo médico do Núcleo de Atenção Integral a Saúde (NAIS), oficial ou civil, será mensalmente, nos casos de licença saúde superior a trinta dias.
- B. ( ) Compete à Junta Central de Saúde (JCS) realizar a avaliação da sanidade física e mental dos candidatos à inclusão/admissão nas IME, bem como a detecção de traços de personalidade incompatíveis com os serviços de natureza policial ou bombeiro militar ou para o exercício de atividades inerentes ao cargo ou função.
- C. ( ) Compete à Junta Regional de Saúde (JRS), promover em conjunto com a seção de recursos humanos da Unidade, ou equivalente, o ajustamento funcional do militar dispensado.
- D. ( ) Compete à Junta Central de Saúde (JCS) emitir parecer referente à perícia de saúde determinada pelo Comandante-Geral, Diretor de Saúde, Chefe do Estado-Maior, Diretor de Recursos Humanos ou equivalentes no CBMMG.

**26ª QUESTÃO** – De acordo com a Resolução Conjunta Nº 4.278/2013 PMMG/CBMMG, que “dispõe sobre Perícias, Licenças e Dispensas Saúde, além de Atividades Correlatas na Polícia Militar de Minas Gerais e no Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais”, avalie as assertivas abaixo:

- I - A licença saúde destina-se exclusivamente a tratamento de saúde e será considerada como período de trabalho para efeito de folga, uma vez que a licença interrompe o ciclo de serviço.
- II - A perícia de saúde destinada a avaliar a sanidade física e mental de militar da reserva remunerada, em processo de designação para o serviço ativo, será realizada pelo médico do NAIS da Unidade na qual servirá, observando a legislação específica.
- III - Até a criação e funcionamento das JRS, as perícias para fins de licença e dispensa saúde de até noventa dias serão realizadas no NAIS e, após esse período, na JCS.
- IV - Nos termos da Resolução Conjunta nº 4.278/2013 PMMG/CBMMG, aos oficiais médico e cirurgião dentista do NAIS, este último na área de competência da odontologia, fica vedada a homologação de licença saúde de militar submetido a processo administrativo disciplinar (PAD/PADS), superior a 30 dias de licença que foram homologados nos últimos doze meses.

São INCORRETAS as assertivas:

- A. ( ) I, II e III, apenas.
- B. ( ) I e II, apenas.
- C. ( ) I, II, III e IV.
- D. ( ) I, IV, apenas.

**27ª QUESTÃO** - De acordo com a Resolução Conjunta Nº 001/2002-PMMGCBMMG-IPSM, que “aprova o Plano Diretor para a Reformulação do Sistema de Saúde, implanta o novo modelo de gestão do Sistema de Saúde”, e constitui e nomeia o Conselho Gestor do Sistema de Saúde PMMG-CBMMG-IPSM”, marque a alternativa CORRETA.

- A. ( ) O Conselho Gestor do Sistema de Saúde (CONGES) será constituído pelo Diretor de Saúde, pelo Diretor Técnico de Saúde, Diretor de Recursos Humanos da PMMG, pelo Coordenador das Atividades de Saúde do CBMMG e pelo Diretor de Assistência e Benefícios do IPSM.
- B. ( ) Presidirá as reuniões do CONGES o Coronel Diretor de Saúde.
- C. ( ) O cargo de Diretor de Saúde será exercido por um Coronel do Quadro de Oficiais da Polícia Militar, com assessoria técnica de um Coronel do Quadro de Oficiais de Saúde.
- D. ( ) Constitui atribuição da Coordenadoria de Atenção à Saúde a assessoria técnica ao Diretor de Saúde, no exercício de suas atribuições.

**28ª QUESTÃO** - De acordo com a Resolução Conjunta Nº 110/2012-PMMGCBMMG-IPSM, que “cria e regulamenta a Atenção Domiciliar no Sistema de Saúde da PMMG-CBMMG-IPSM, no âmbito da RMBH e dá outras providências”, é INCORRETO afirmar que:

- A. ( ) Não será coberta pelo Sistema de Saúde (SISAU) a internação domiciliar, em função de sua complexidade logística, exigência de atenção em tempo integral ao paciente, além da carência de evidências de sua melhor relação custo/efetividade em relação a outras modalidades de atendimento.
- B. ( ) A equipe multiprofissional de atenção domiciliar do Programa de Assistência Domiciliar Terapêutica do Hospital da Polícia Militar (ADT/HPM) será composta somente por profissionais do QOS.
- C. ( ) As despesas com medicamentos, materiais, equipamentos e com profissional cuidador serão de exclusiva responsabilidade do segurado/pensionista.
- D. ( ) A atenção domiciliar compreende as ações de promoção à saúde, prevenção, tratamento de doenças e reabilitação, desenvolvidas em domicílio, mediante as condições estabelecidas na resolução conjunta nº 110/2012-PMMGCBMMG-IPSM.

**29ª QUESTÃO** - Nos termos da Resolução Conjunta Nº 07/95, de 09 de Agosto de 1995, que “dispõe sobre o Plano de Assistência à Saúde para a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) e Instituto de Previdência dos Servidores Militares de Minas Gerais (IPSM)”, é CORRETO afirmar que:

- A. ( ) Os militares de outros Estados e seus dependentes legais serão assistidos mediante convênio ou autorização expressa das suas Corporações, nas internações na Rede Orgânica, com ônus integral para a Instituição usuária.
- B. ( ) O Teste ergométrico, quando realizado em caráter ambulatorial, não carecerá de autorização prévia do Supervisor de Saúde, que se baseará em relatório médico.
- C. ( ) A inserção do DIU em nenhuma hipótese será considerada como assistência básica.
- D. ( ) Os funcionários civis efetivos da PMMG, não contribuintes do IPSM, terão direito a atendimento odontológico no Sistema de Saúde, quando estiverem em situação de emergência.

**30ª QUESTÃO** - Marque a alternativa INCORRETA. Nos termos da Resolução Conjunta Nº 07/95, de 09 de Agosto de 1995, que “dispõe sobre o Plano de Assistência à Saúde para a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) e Instituto de Previdência dos Servidores Militares de Minas (IPSM)”, os débitos decorrentes da assistência à saúde serão descontados em folha de pagamento do segurado ou pensionista, segundo os limites percentuais do vencimento bruto ou pensão assim fixada:

- A. ( ) Débito decorrente de Assistência Complementar: 20%
- B. ( ) O desconto máximo será de 40%, sendo priorizado o lançamento dos valores referentes à Assistência Complementar.
- C. ( ) Quando ocorrer utilização irregular do Sistema de Saúde, por abuso ou burla, devidamente comprovado pela PMMG-IPSM, o desconto referente à despesa será de 40%.
- D. ( ) Débito decorrente de Assistência Básica, exceto farmacêutica: 20%.

**31ª QUESTÃO** - Nas assertivas abaixo, marque “V” se for verdadeira e “F” se for falsa. A seguir, marque a alternativa que contém a seqüência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo:

- ( ) Consideram-se beneficiários com necessidades especiais de tratamentos que impliquem a realização de procedimentos de fisioterapia, fonoaudiologia e terapia ocupacional acima dos limites estabelecidos em normas específicas, os pacientes portadores de doenças crônicas, desde que haja nexo causal entre a condição que motivou essas necessidades e os procedimentos indicados.
- ( ) Os militares residentes em outras regiões ou fora do Estado, quando em trânsito em Belo Horizonte, poderão ter suas solicitações de fornecimento de lentes e óculos analisadas pelo Supervisor de Saúde do Hospital da Polícia Militar ou pelo Supervisor de Saúde do 1º BBM, nos casos de militares do CBMMG.
- ( ) A solicitação de procedimento de terapia ocupacional deverá ser feita em Conta Exame ou de Assistência Ambulatorial (CAA) por médico de uma das seguintes especialidades: clínica médica, geriatria, pediatria, neurologia, psiquiatria, ortopedia ou fisioterapia.

- ( ) A Central de Atendimento do Sistema de Saúde também será administrada pela PMMG, CBMMG e IPSM, conforme previsto na Resolução Conjunta nº 051/2008 que institui o Sistema Integrado de Gestão de Assistência à Saúde da PMMG-CBMMG-IPSM e dá outras providências.

- A. ( ) V, V, V, F.  
 B. ( ) F, V, V, V.  
 C. ( ) F, F, V, F.  
 D. ( ) V, V, F, F.

**32ª QUESTÃO** - Nos termos da Resolução Conjunta Nº 109/2012, que “define os critérios técnicos e o fluxo para a realização de cirurgias refrativas - PRK e LASIK – em militares da ativa e dá outras providências”, marque a alternativa INCORRETA.

- A. ( ) Os óculos com lente solar (óculos escuros), eventualmente indicados em decorrência da cirurgia refrativa, serão custeados pelo SISAU.  
 B. ( ) A cirurgia refrativa e a reoperação não serão autorizadas para paciente que apresentar, dentre outras condições consideradas, contra indicações absolutas para estes procedimentos, a de gestação ou aleitamento.  
 C. ( ) Ser portador de exame refracional estável há, pelo menos, 01 (um) ano é uma das condições para autorização das cirurgias refrativas – PRK (ceratectomia fotorrefrativa) ou LASIK (ceratomileusis *in situ* por laser).  
 D. ( ) A cirurgia refrativa será considerada assistência básica à saúde.

**33ª QUESTÃO** - Sobre os critérios que a Comissão de Padronização de Medicamentos de Uso Continuo deve obedecer para inclusão e exclusão de medicamentos constantes da relação de padronização, prevista na Resolução Conjunta Nº 41/2007–PMMG-CBMMG-IPSM, marque a alternativa INCORRETA:

- A. ( ) Existência de substituto mais eficaz.  
 B. ( ) Obsolescência do produto farmacêutico.  
 C. ( ) Atendimento a um número menor de usuários.  
 D. ( ) Custo elevado.

**34ª QUESTÃO** – Nos termos da Resolução Conjunta Nº 41/2007 – PMMG-CBMMG-IPSM, marque a alternativa CORRETA, que retrata atribuição das Seções de Assistência à Saúde (SAS).

- A. ( ) Realizar as comunicações pertinentes ao IPSM e ao Centro Farmacêutico (CFarm), das situações de desamparo daqueles militares que estavam assistidos na condição de “EM PROCESSO DE AO”, para que seja efetivada suspensão do fornecimento e a cobrança das assistências realizadas.  
 B. ( ) Proceder aos descontos de valores relativos a medicamentos/materiais destinados a pacientes assistidos pelo Programa, em processo de AO, que forem desamparados.  
 C. ( ) Cadastrar o usuário de medicamentos de uso continuado no programa, mantendo atualizado o arquivo da sua documentação, com relatórios médicos circunstanciados, resultados de exames e receita médica, bem como cadastrar os militares amparados ou em processo de Atestado de Origem.  
 D. ( ) Adquirir e disponibilizar materiais médico-hospitalares de uso ambulatorial a pacientes amparados em Atestado de Origem.



**35ª QUESTÃO** – No que diz respeito à Instrução de Saúde Nº 06/09, de 28 de dezembro de 2009, que “institui o Manual de Biossegurança para utilização nos Núcleos de Atenção Integral à Saúde – NAIS e nas Seções de Assistência à Saúde – SAS e estabelece procedimentos”, marque a alternativa CORRETA:

- A. ( ) A desinfecção de nível intermediário destrói a maioria das bactérias, alguns vírus e fungos, exceto microrganismos resistentes como o bacilo da tuberculose e esporos.
- B. ( ) Os procedimentos serão atualizados de acordo com as normas reguladoras oficiais, devendo a Seção de Assistência à Saúde da Diretoria de Saúde providenciar a atualização do Manual de Biossegurança.
- C. ( ) Artigos críticos são dispositivos ou produtos de uso individual, utilizados pelo trabalhador e destinados à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.
- D. ( ) Todos os profissionais de saúde dos NAIS/SAS são responsáveis pelas práticas de biossegurança, sendo o oficial mais antigo o coordenador desta atividade e responsável pelo treinamento dos executores dos procedimentos.

**36ª QUESTÃO** – Considerando a Resolução Nº 4.085/10- CG, de 11 de maio de 2010, que “dispõe sobre a aquisição, o registro, o cadastro e o porte de arma de fogo de propriedade do militar; e o porte de arma de fogo pertencente à Polícia Militar de Minas Gerais”, marque a alternativa CORRETA:

- A. ( ) No caso de extravio, por furto, roubo ou perda de arma de fogo de uso restrito, de propriedade do militar, este somente poderá adquirir nova arma de uso restrito depois de decorridos 3 (três) anos do registro da ocorrência do fato em órgão da polícia judiciária.
- B. ( ) No caso do cometimento de crime comum, a arma de fogo ou a munição apreendida será encaminhada ao Comandante, Diretor ou Chefe competente para adoção das medidas de polícia judiciária militar cabíveis.
- C. ( ) Quando em trânsito, o militar poderá conduzir até 150 (cento e cinquenta) cartuchos do mesmo calibre da arma de fogo que estiver portando.
- D. ( ) A aquisição de arma de fogo, de munição, de colete à prova de balas ou outro produto controlado, por militar filiado a confederação, federação, clube de caça ou de tiro e pelo colecionador, devidamente credenciado, será processada diretamente, pelo interessado, junto ao EB, observando-se a legislação específica.

**37ª QUESTÃO** - Marque a alternativa CORRETA. De acordo com o disposto na Resolução Nº 4.085/10- CG, de 11 de maio de 2010, que “dispõe sobre a aquisição, o registro, o cadastro e o porte de arma de fogo de propriedade do militar; e o porte de arma de fogo pertencente à Polícia Militar de Minas Gerais”, marque a alternativa CORRETA.

- A. ( ) Ao militar detentor de autorização para Porte Especial de Arma de Fogo (PEAF), será autorizada a posse de outra arma de fogo de porte da instituição, ainda que durante o turno de serviço.

- B. ( ) O Cadete do 1º ano do Curso de Formação de Oficiais (CFO) e o aluno do Curso Técnico em Segurança Pública (CTSP) que possuíam o porte de arma de fogo expedido quando civis ou militares de outra instituição, perdem este direito a partir de seu ingresso na Polícia Militar.
- C. ( ) O militar que tiver cassada a sua autorização do PEAf, somente poderá obter nova autorização após o prazo de 5 (cinco) anos.
- D. ( ) O militar não poderá permanecer com o PEAf nos períodos de férias anuais ou prêmio, e licenças previstas em lei, salvo manifestação em contrário da administração.

**38ª QUESTÃO** - Nas assertivas abaixo, marque “V” se for verdadeira ou “F” se for falsa, nos termos da Resolução nº 3.524, de 12 de janeiro de 2.000, que “dispõe sobre o Atestado de Origem na Polícia Militar”, e a seguir, marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo:

- ( ) Tendo sido instaurado IPM ou Sindicância para apurar fato do qual tenha resultado em morte, lesão, perturbação funcional, contaminação ou enfermidade em militar, o Atestado de Origem (AO) somente será instaurado após ter sido solucionado, na esfera administrativa, o processo apuratório.
- ( ) O Atestado de Origem poderá ser instruído com juntada de cópia autenticada de peças de IPM, Auto de Prisão em Flagrante (APF), Sindicância ou outro processo administrativo e, ainda, croquis, laudos e outros documentos referentes ao acidente ou moléstia profissional, quando forem suficientes à elucidação de situações ou fatos, dispensando a produção de novas peças e as oitivas repetitivas.
- ( ) O AO deverá conter os elementos de convicção e provas relativas ao fato ocorrido e suas circunstâncias e se constitui em processo indispensável, como elemento de prova, para elucidar a origem de invalidez ou incapacidade física ou mental, total ou parcial, definitiva ou temporária.
- ( ) O processo poderá ser sobrestado pelo tempo necessário à obtenção de laudos, exames e outros documentos externos, mediante solicitação formal do Encarregado de Atestado de Origem, que diligenciará para que este prazo não exceda 40 (quarenta) dias.

- A. ( ) F, F, F, V.
- B. ( ) V, V, V, F.
- C. ( ) F, F, V, F.
- D. ( ) V, F, V, F.

**39ª QUESTÃO** - Considerando as conceituações previstas na Resolução nº 3.524, de 12 de janeiro de 2.000, que “dispõe sobre o Atestado de Origem na Polícia Militar”, é CORRETO afirmar que:

- A. ( ) Lesão gravíssima: é qualquer evento súbito, ocorrido com o militar que se encontre em serviço de natureza policial-militar, ou decorrente deste, que provoque, direta ou indiretamente, lesão, perturbação funcional, contaminação ou enfermidade em militar, que determine a perda total ou parcial, definitiva ou temporária, da sua capacidade para o trabalho ou a sua morte.
- B. ( ) Amparo em Atestado de Origem: constitui-se na caracterização de vínculo (antecedente ou causa) entre o acidente de serviço ou moléstia profissional (consequência ou efeito), com a morte, lesão, perturbação funcional, contaminação ou enfermidade em militar, ou seja, é o nexo de causalidade entre o evento danoso à saúde do militar e a sua origem.
- C. ( ) Acidente de serviço: é a enfermidade adquirida pelo militar em razão de constante e prolongada exposição a agente agressor a sua saúde, existente no ambiente de trabalho ou na natureza do trabalho desempenhado rotineiramente na Corporação.
- D. ( ) Lesão grave: é a que resulta ou pode resultar em licença-saúde do acidentado por mais de 30 (trinta) dias; risco de vida ou de debilidade permanente de membro, sentido ou função; ou aceleração de parto.

**40ª QUESTÃO** – De acordo com a Resolução Nº 3.524, de 12 de janeiro de 2.000, que “dispõe sobre o Atestado de Origem na Polícia Militar”, avalie as assertivas abaixo:

- I - Para os efeitos legais decorrentes, o amparo em AO retroage à data do acidente ou à data em que foi identificado o diagnóstico da moléstia profissional.
- II - O AO poderá ser revisto a qualquer tempo e ter a sua solução modificada pelo Comandante da Unidade, quando eivado de vício decorrente de razões médico odontológico- periciais que o torne nulo ou anulável, mediante parecer emitido pela Junta Central de Saúde (JCS) ou Junta Superior de Saúde (JSS), após inspeção de saúde no acidentado, excluído o AO solucionado pelo Comandante-Geral ou Chefe do EMPM.
- III - Ressalvada a prática de ato ilícito, não será levado em consideração, para efeito de amparo em AO, o cometimento da transgressão disciplinar e/ou a prática de ato negligente, imprudente ou imperito que não influenciar diretamente na ocorrência do acidente ou moléstia profissional, ou seja, quando a sua prática não se ligar diretamente ao evento motivador do comprometimento da higidez física ou mental do acidentado, comprovada esta situação nos autos do AO.
- IV - Atestado de Origem (AO) é o processo administrativo destinado a apurar as causas e circunstâncias de morte, lesão, perturbação funcional, contaminação ou enfermidade em militar, proveniente de acidente de serviço ou de moléstia profissional, determinando a relação causa-efeito, com o objetivo de salvaguardar os direitos do acidentado e resguardar os interesses do Estado.

São CORRETAS as assertivas:

- A. ( ) I e III, apenas.
- B. ( ) I, II e III, apenas.
- C. ( ) I e II, apenas.
- D. ( ) I, II, III e IV.

Corte aqui

-----

**RASCUNHO – GABARITO DO CANDIDATO**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40